

**Jornal da Energia – 30/06/2010**

**Governo defende revisão do Tratado da usina de Itaipu**

[http://www.jornaldaenergia.com.br/ler\\_noticia.php?id\\_noticia=3841](http://www.jornaldaenergia.com.br/ler_noticia.php?id_noticia=3841)

Audiência na Câmara discute aumento do valor pago pela energia da usina

Da redação, com informações da Agência Câmara

Fonte Maior Fonte Menor

Crédito: Agência Brasil Diretor de Itaipu, Jorge Samek, fala na Câmara

O subsecretário-geral da América do Sul, Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, Antônio Simões, defendeu nesta quarta-feira (30/06) a revisão do valor pago ao Paraguai pela energia da hidrelétrica de Itaipu. Segundo o embaixador, que participou de debate sobre o tema na Câmara dos Deputados, a usina é um tema recorrente no país vizinho e, por isso, importante para a estabilidade das relações com o Brasil.

Está em tramitação na Câmara uma matéria que triplica os pagamentos brasileiros ao Paraguai, que passariam de R\$210 milhões para R\$630 milhões. Simões afirmou que essa remuneração representa 20% das receitas fiscais do Paraguai. "É do nosso interesse a melhoria do Paraguai. É do nosso interesse que a sociedade paraguaia seja mais industrializada", argumentou o embaixador.

O diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional, Jorge Samek, também defende o reajuste. Segundo ele, a valorização das moedas locais frente ao dólar fez com que o valor recebido pelo Paraguai caísse 30% nos últimos anos. "O Tratado de Itaipu foi feito para ser cumprido e isso dá credibilidade internacional ao Brasil. Ajustes devem ser feitos. Nos interessa o crescimento de toda a região", afirmou o diretor.

Para o presidente do **Instituto Acende Brasil, Claudio Sales**, que também esteve na audiência pública, o País não pode fazer mais concessões ao vizinho. "Em 2023, o Paraguai será dono de 50% de Itaipu, sem ter pago nada por isso. O Brasil assumiu 100% do financiamento", criticou. **Sales** também questionou o argumento da assimetria econômica e social entre o Brasil e o Paraguai. "Isso não pode ser usado para modificar o tratado".

A proposta de alteração no tratado será votada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara na próxima quarta-feira (7/07). O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP).